

DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO NO LESTE E SUDESTE ASIÁTICO NA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XX

JORGE MIGUEL CARDOSO RIBEIRO DE JESUS*

Resumo

O objetivo, deste artigo, é descrever as características principais, atinentes ao desenvolvimento econômico no Leste e Sudeste asiático, na segunda metade do século XX. Para além, das elevadas taxas de poupança e investimento, do crescimento das exportações, da estabilidade macroeconômica, da melhor distribuição de renda, e da intervenção do estado, constata-se a importância da abordagem histórico-política, que integra a região leste asiática numa única unidade de análise, no desenvolvimento econômico asiático. Conclui-se pela quase impossibilidade deste tipo de desenvolvimento, dadas as suas características únicas, poder ser repetida, em alguma outra parte do mundo.

Palavras-chave: Economia asiática; Desenvolvimento econômico; Crise financeira; Balanço de pagamentos; Movimentos de capitais.

Abstract

The main purpose of this article is to describe all main features, concerning Asian's East and South-east's economical development on the second half of twentieth century. Apart from its high savings and investment's rates, its export growth, its macroeconomic stability, the enlarged output distribution and the Government intervention, we can establish the historical and political approach – that integrates Asian East as a single assessment unit in the economical Asian development. We can conclude that this kind of development almost reaches the impossibility limits of repetition

in any other place global – Wise, given it's unique features.

Key-words: Asian economy; Economic development; Financial crisis; Balance of Payments; Capital Movements.

JEL: F02; F30; O11; O53

Introdução

A expansão econômica, de um número considerável de países asiáticos, após a segunda grande guerra mundial, constitui o mais bem-sucedido exemplo, em toda a história, de industrialização e crescimento rápido por um período de tempo prolongado.

O objetivo principal deste artigo, será descrever as características principais, atinentes ao desenvolvimento econômico, no Leste e Sudeste asiático, na segunda metade do século XX. No trabalho, será investigada a trajetória de apenas uma parte dos países do Leste e Sudeste asiático, a saber: o Japão; os quatro tigres (Coreia do Sul, Hong Kong, Singapura e Taiwan); os países da associação das nações do Sudeste asiático (Filipinas, Tailândia, Malásia e Indonésia), também conhecidos por Asean-4, e a China.

Constatar-se-á, que o progresso econômico ocorrido em algumas nações asiáticas será difícil, dadas as suas condições particulares, de ser repetido, nas mesmas circunstân-

cias, em qualquer outra parte do mundo.

O artigo, além desta introdução, está estruturado da seguinte forma. Na primeira seção, analisam-se os principais aspectos que estiveram na origem do milagre econômico asiático. Na segunda seção, enunciaram-se algumas críticas, subjacentes ao tipo de desenvolvimento econômico, ocorrido na Ásia. Na terceira seção, descrevem-se os motivos que levaram à crise financeira do Leste e Sudeste asiático. Na quarta seção, elaboram-se uma resenha dos principais acontecimentos ocorridos, no Leste e Sudeste asiático, desde a crise até à atualidade. Por fim, é apresentada a conclusão.

Desenvolvimento econômico no Leste e Sudeste Asiático

Abordagem histórico-política

Seguindo, de perto, a visão *World system* de Wallerstein (1974), a abordagem histórico-política integra a região leste-asiática numa única unidade de análise.¹ No entanto, na década de 1960, o desenvolvimento econômico circunscreveu-se exclusivamente ao Japão, alastrando-se aos quatro tigres e aos países da Asean-4, a partir da década de 1970. Contudo, até hoje, o *catching-up* japonês foi singular, em termos da distância econômica “percorrida” e na rapidez com que ocorreu.

* Licenciado em Economia pela Universidade Lusitana de Lisboa. Pós-Graduado em Estudos Europeus (Vertente econômica) pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa. Mestre em Economia pelo Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Professor do Departamento de Economia da Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC-BA).

¹ Segundo Cumings (1987), a região leste-asiática foi estruturada numa única unidade, logo no começo do século XX, pelo colonialismo japonês em Taiwan e na Coreia. Após a segunda grande guerra mundial, essa unidade foi reeditada sob a hegemonia norte-americana até ao presente.

A derrota japonesa na segunda grande guerra mundial destruiu, econômica e militarmente, o Japão, tendo os EUA, ocupado a região do leste e sudeste asiático, visando, essencialmente, o desmantelamento militar do Japão. Quando veio a guerra da Coreia e “salvou”² o Japão (Cumings, 1993, p.31). Inicialmente, os EUA integraram, separadamente, o Japão, a Coreia do Sul e Taiwan, nas suas redes de comércio e poder. Porém, a espiral de gastos com o bem-estar nacional e com as guerras externas, agravou as contas públicas americanas, e, conseqüentemente, levaram a uma aliança memorável. Na década³ de 1960, os EUA incorporaram o Japão como intermediário⁴, do poder asiático americano e da mão de obra barata asiática, levando o Japão a especializar-se na busca do lucro e a externalizar os custos de projeção, abastecendo o estado bélico-assistencialista norte-americano com produtos baratos (Arrighi, 1996). No início da década de 1970, dada a crise do regime de acumulação norte-americano, os EUA começaram a pressionar o Japão, tendo em vista a revalorização do iene e a abertura da economia japonesa.

O sistema japonês de subcontratação de múltiplas camadas permitiu, ao Japão, escapar da crise do regime de acumulação de capital, das décadas de 1970 e 1980. Intensificaram-se os acordos de cooperação de longo prazo no interior das redes estáveis de empresas grandes, médias e pequenas no Japão, devido ao envolvimento das companhias comerciais *sogo shosha*⁵. Mas o aspecto principal, foi a expansão transfronteira do sistema de subcontratação de múltiplas camadas japonesas como “modo de produção” para o Leste asiático que, dada a sua oferta de mão de obra barata, abundante e flexível, permitiu ao Japão, e aos restantes países envolvidos, crescer mais do que em qualquer outra parte (Arrighi, Ikeda e Irwan, 1993).

A intensificação da competição das empresas japonesas no reinvestimento de lucros cada vez maiores, os salários cada vez mais altos, a apreciação do iene no início⁶ da década de 1970 e a necessidade de vári-

as fontes supridoras de petróleo, estiveram na origem da transferência das atividades de menor valor adicionado japonesas, essencialmente indústrias de mão de obra intensiva, para a Ásia e, dentro dela, principalmente para os quatro tigres⁷ (Woronoff, 1984, p.56).

Na terminologia de Ozawa (1993, p.130), assim que os quatro tigres, em meados da década de 1980, viram os salários aumentarem na extremidade inferior do valor adicionado da produção industrial, as suas empresas juntaram-se às japonesas na exploração de mão de obra barata e abundante nos países da Asean-4. No meio da década de 1990, ao subirem os auferimentos na camada inferior do valor adicionado das economias da Asean-4, as empresas da Asean-4, acompanharam as empresas dos tigres e do Japão em uma nova expansão industrial em busca de uma mão de obra ainda mais populosa e menos dispendiosa, na China e no Vietnã. Mas os investimentos externos diretos em busca de mão de obra barata nada têm de novo. Foi a “informalidade” e a “flexibilidade” do sistema de subcontratação japonês que proporcionou uma vantagem

competitiva mundial ao Japão e a toda a região do Leste e Sudeste asiático. No entanto, à medida que recebiam os investimentos diretos japoneses e dos outros países, as localidades com mão de obra barata, especializavam-se na exportação de produtos intensivos em mão de obra para os EUA e, posteriormente, para o Japão e os quatro tigres, donde ficar patente a contínua dependência econômica e militar do Leste e Sudeste asiático em relação ao mercado norte-americano.

O modelo de Ozawa (1993) assemelha-se ao modelo dos gansos voadores de Akamatsu (1962), idealizado por este economista, em 1932. Porém, existem algumas diferenças observadas, com exatidão, por Rowthorn (1996). Pois, aqui, o país líder (Japão), que inicialmente exportava e depois investia no país seguidor (ganso), dedicando-se a outras atividades, tecnologicamente mais avançadas e menos intensivas em mão de obra, não se tornava, primordialmente, no importador das exportações, intensivas em mão de obra, dos países seguidores (gansos), estando o papel de principal mercado dessas exportações reservado aos EUA⁸.

² Para os países em desenvolvimento, o acesso às finanças internacionais é decisivo para o acelerar do PIB e da industrialização. A guerra da Coreia foi o “plano Marshall” do Japão, dadas as encomendas de guerra que lhe foram pedidas pelos EUA. Estima-se, que no período 1950-1970, a ajuda norte-americana aos japoneses representou cerca de 500 milhões de dólares anuais (Borden, 1984, p.220). A Coreia do Sul e Taiwan também se beneficiaram de ajuda econômica e militar dos EUA. De 1946 a 1978, de acordo com Cumings (1987, p.67), a Coreia recebeu 13 bilhões de dólares (US\$ 600 per capita) e Taiwan obteve 5,6 bilhões de dólares (US\$ 425 per capita).

³ Como destaca Fiori (2001), a guerra da Coreia, a revolução comunista na China, a invenção de Taiwan, o início da guerra fria e, posteriormente, o conflito vietnamita, recolocaram o Japão como sócio menor das grandes potências capitalistas, mas sem qualquer poder militar. Para esse autor, as facilidades econômicas dos EUA à China, dado o apoio desta no isolamento da ex-URSS, tiveram uma importância decisiva no grande crescimento econômico chinês, a partir da década de 1980.

⁴ Essa intermediação japonesa não agravou o déficit fiscal dos EUA. Pelo contrário, os superávits comerciais do Japão não pioraram as restrições financeiras dos EUA, mas atenuaram-nas, pois aos EUA não era possível obter os meios de guerra e de subsistência a preço menor que no Japão, em qualquer outra parte do mundo, e por isso permitiram a política neomercantilista japonesa, com o câmbio, o crédito, as entradas de capital estrangeiro e as importações a serem controladas pelo estado japonês. Na terminologia de Wallerstein (1979), tratou-se de um “desenvolvimento a convite”.

⁵ As *sogo shosha*, tiveram um papel fundamental na distribuição dos produtos das grandes empresas.

⁶ Posteriormente, outras fortes apreciações do iene em relação ao dólar, aceleraram o processo de transferência de atividades produtoras de mão de obra intensiva. Para Melin (1997, p.53), de Dezembro de 1975 a Outubro de 1978, o iene cresceu de ¥ 305,7/US\$ para ¥ 183,95/US\$. Depois, no âmbito da “diplomacia do dólar forte”, o iene entre Setembro de 1985 e Abril de 1986, apreciou-se cerca de 35%.

⁷ As pequenas e médias empresas japonesas, nessa busca pela sobrevivência, contaram com o apoio das *sogo shosha*, na escolha de uma parceira, no país receptor do investimento externo direto japonês, para a formação de uma *joint venture*.

⁸ Para Rowthorn (1996, p.7), se o papel do Japão, como país líder, é questionável, a transmissão da industrialização, entre os tigres e os países da Asean, e entre estes e a China, parece ser compatível com o modelo dos gansos voadores de Akamatsu. Donde, autores como Bagchi (1987), entendem, que o Japão serviu mais como modelo para a ação estatal do que como mercado ou fonte de financiamento dos países do Leste e Sudeste asiático.

De meados da década de 1990 até à atualidade, modificou-se o tipo de investimentos externos diretos japoneses, na região do Leste e Sudeste asiático. Hoje, predominam as grandes corporações japonesas, com um maior poder de barganha, em relação aos países que recebem os seus investimentos, e, com uma estrutura mais centralizada e, por isso, mais dissociada dos modelos descritos anteriormente.

Abordagem macroeconômica

O crescimento econômico no Leste e Sudeste asiático, na segunda metade do século XX não tem precedente, em toda a história. Interessa, então, aquilatar as razões, que estiverem na origem de tão impressionante progresso, como demonstra a tabela 1.

A visão econômica, mais ortodoxa, é representada pelo documento *The East Asian Miracle*, publicado pelo Banco Mundial, em 1993, segundo o qual, o notável desempenho econômico destas nações se devia às seguintes razões: elevadas taxas de poupança e investimento (permitindo então a obtenção de tecnologia de ponta); rápido crescimento das exportações (manietando, para tal, as taxas de câmbio); estabilidade macroeconômica (inflação moderada e contenção de déficits orçamentais); forte investimento em capital humano (o que acarretou uma alta qualidade dos recursos humanos); aumento do emprego e dos salários reais (e conseqüente diminuição da pobreza e uma melhor distribuição da renda).⁹ O estudo, também, observou a tendência favorável, à intervenção do governo, nos países do Leste asiático.

Outras interpretações, menos ortodoxas, realçaram o papel, crucial, dos governos, no “milagre econômico” do Leste e Sudeste asiático. Rodrik (1994), numa crítica à análise do Banco Mundial, destaca a ação dos governos, no planeamento do crescimento do investimento através de medidas intervencionistas estratégicas.¹⁰ As indústrias locais, foram alvos de um protecionismo, por parte do estado, obtendo, assim, um mercado interno cativo, garantindo lucros elevados, que lhes permitiram

Tabela 1

Taxa de crescimento médio anual do PIB, a preços de mercado, em %

	1960-70	1970-80	1980-90	1990-95	1990-00	1990-03
Japão	10,9	5,0	4,0	1,0	1,3	1,3
Coréia do Sul	8,6	9,5	9,4	7,2	5,7	5,5
Singapura	8,8	8,5	6,4	8,7	7,8	6,3
Hong Kong	10,0	9,3	6,9	5,6	4,0	3,7
Taiwan	9,2	9,7	7,1	5,9	5,8	4,9
Filipinas	5,1	6,3	1,0	2,3	3,2	3,5
Tailândia	8,4	7,2	7,6	8,4	4,2	3,7
Indonésia	3,9	7,6	6,1	7,6	4,2	3,5
Malásia	6,5	7,8	5,2	8,7	7,0	5,9
China	5,2	5,8	10,2	12,8	10,3	9,5

Fontes: World Bank (1992) (2002) (2005); He (2003), p.36

altas taxas de investimento, produtos de melhor qualidade e ainda conquistar mercados externos, estando, no entanto, obrigadas a cumprir determinados objetivos relacionados à exportação (Singh, 1997). Interessa, ainda, e numa perspectiva microeconômica, reconhecer a importância das empresas, organizações e dos gerenciamentos, no desenvolvimento econômico do Leste e Sudeste asiático.

Beinstein (2001), porém, critica o autoritarismo produtivista sobre os trabalhadores, que possibilitou controlar os salários, e, assim, obter altas margens de rentabilidade para as empresas, diminuindo, então, a dimensão dos mercados internos, e aumentando a dependência destas economias em relação às exportações. Outro aspecto a salientar, é o fato, de quase nenhuma análise fazer referência às relações comerciais e políticas entre as economias asiáticas abordadas, na secção anterior.

Em 1985, o iene apreciou-se muito em relação ao dólar, na seqüência dos acordos do Plaza. Logo, como já vimos, o Japão intensificou os investimentos diretos estrangeiros e as exportações de bens de capital, para

os quatro tigres. Estes, ao manterem as suas moedas alinhadas ao dólar, aumentaram as exportações manufatureiras para os EUA, e foi esse superávit comercial com os EUA, que lhes permitiu escapar da restrição do balanço de pagamentos, dados os déficits comerciais com o Japão. Até que em 1987, as moedas dos quatro tigres apreciaram-se em relação ao dólar elevando os salários, obrigando estes países, a juntarem-se ao Japão, em uma nova “rodada” de expansão industrial, em busca de mão de obra barata e abundante, nos países da Asean-4, e, no início dos anos 1990, na China e no Vietnã (Medeiros, 1997).

Na década de 1980, os países em desenvolvimento foram afetados por quatro tipos de choques negativos: da demanda; dos termos de troca; das taxas de juros e da oferta de capital (Singh, 1994). No entanto, e apesar de elevados déficits de transações correntes, em alguns países do Leste asiático, estes continuaram a ter acesso aos capitais internacionais¹¹, ao contrário dos outros países em desenvolvimento. Por fim, e dados os sucessivos déficits comer-

⁹ Seguindo os ensinamentos de Gershenkron (1966) e Moore (1967), os países asiáticos, no seu processo de modernização e industrialização, conseguiram evitar revoltas políticas, ao promoverem uma melhora no nível de emprego e da produção na agricultura (reforma agrária), contribuído, assim, consideravelmente, para uma distribuição de renda mais igualitária.

¹⁰ Segundo Hirst e Thompson (1998, p.175), “o que é excepcional são as fontes políticas de uma mobilização de recursos, não as conclusões maçantes da teoria econômica”. Sobre o papel do estado e das políticas públicas, nas economias asiáticas, ver, por exemplo, Haggard (1990).

¹¹ As explicações correntes, afirmam que tal, se deveu, simplesmente à sorte. Elas entendem, que ocorreu, um efeito “manada” e um efeito “contágio”, isto é, os bancos internacionais agiram, como se todos os países do Leste e Sudeste asiático tivessem as mesmas características, em termos das suas contas externas.

ciais com os países do Leste e Sudeste asiático, os EUA, a partir do final da década de 1980, começaram a exigir uma maior abertura comercial e uma liberalização financeira (da qual apenas a China escapou), aos países asiáticos, o que, como veremos, veio a ter uma importância decisiva, na segunda metade da década de 1990.

A economia japonesa, devido a uma crise de investimentos especulativos, cresceu, apenas um terço na década de 1990, em relação ao que tinha crescido, na década anterior. Em 1978, Deng Xiao Ping, iniciou as reformas econômicas, que aumentaram, marcadamente, os níveis de crescimento econômico, até hoje, na China. A agricultura beneficiou-se de termos de troca favoráveis em relação à indústria e da liberalização da comercialização privada do excedente agrícola, o que impulsionou a produtividade agrícola e aumentou a renda dos agricultores, proporcionando a poupança que financiou um investimento maior em toda a economia e permitiu a redução da pobreza e uma melhor distribuição da renda, na década de 1990 (Makino, 1997). As exportações essencialmente, intensivas em mão de obra, foram o elemento mais dinâmico¹² da economia, e possibilitaram, à China, escapar da restrição do balanço de pagamentos, no seu processo de desenvolvimento.¹³ A diminuição da propriedade estatal foi compensada pelo aumento da propriedade coletiva¹⁴, em detrimento das propriedades privada e estrangeira.

Crítica ao “Milagre Econômico” no Leste e Sudeste Asiático

De acordo com a teoria do crescimento econômico neoclássica, o crescimento econômico depende do aumento da utilização dos fatores de produção (trabalho e capital) e do aumento da produtividade, isto é, do aumento da produção por cada unidade do fator de produção utilizada. Aumentos na produtividade ou o “progresso tecnológico” correspondem às alterações no processo de produção ou à introdução de novos produtos ou serviços.

Solow (1975), num estudo pioneiro, constatou que cerca de oitenta por cento do aumento da produção por trabalhador, nos EUA, na primeira metade do século XX, se deveu ao aumento da produtividade total dos fatores, ou seja, aos avanços tecnológicos. Donde, Solow concluiu que o crescimento econômico baseado na expansão dos insumos capital (físico e humano) e trabalho, estava sujeito a rendimentos decrescentes de escala, pelo que, no longo prazo, o crescimento econômico dependia do progresso tecnológico, isto é, do aumento da eficiência. Apesar de conseguir mensurar a produtividade total dos fatores através da diferença entre as taxas de crescimento do produto e dos insumos utilizados, a economia neoclássica não conseguiu explicar os determinantes da produtividade total dos fatores (o resíduo de Solow), pelo que Solow a descreveu como a “medida da nossa ignorância”.¹⁵

Num famoso artigo, Krugman (1994), relembra que o crescimento econômico ocorrido na década de 1960, na União Soviética (e nas suas nações satélites), se deveu, quase que exclusivamente, a um aumento

na utilização dos insumos, donde, posteriormente, dados os rendimentos decrescentes, estas economias viram, o seu crescimento diminuir consideravelmente. Baseado nos trabalhos pioneiros de Lau e Kim (1993) (1994) e Young (1992) (1994), Krugman (1994), afirma que o crescimento nas economias do Leste e Sudeste asiático, se deveu, principalmente, a um crescimento extraordinário dos insumos (trabalho e capital), e não a um aumento significativo da eficiência.

Para Young (1994), conforme os dados da tabela 2, os países do Leste e Sudeste asiático, apresentaram elevadas taxas de poupança, que foram utilizadas na qualificação da população, o que possibilitou aumentar a população economicamente ativa. O autor concluiu, que no futuro, estas ações iriam diminuir o crescimento, pois não era possível mobilizar, incessantemente, mão de obra cada vez mais qualificada. Young (1994), refere, ainda, que o crescimento da produtividade total dos fatores não foi superior ao registrado em outros países, durante períodos semelhantes de crescimento rápido¹⁶, tendo sido até muito reduzido em Cingapura.

¹² De acordo com Medeiros (1999), as exportações e os investimentos externos diretos permitiram à China, importar máquinas e equipamentos, que foram essenciais para a modernização da economia. A criação das zonas econômicas especiais (ZEE), para além de atraírem investimentos diretos estrangeiros, também visavam atrair os capitais de Hong Kong e Taiwan, indo ao encontro da estratégia “um país, dois sistemas” de Deng Xiao Ping. Para Naughton (1995), as exportações chinesas, em parte, consistiram no processamento de importações com empresas locais contratadas por empresas estrangeiras ou com empresas com a participação estrangeira com autonomia de exportação.

¹³ Segundo Medeiros (1999), as empresas vinculadas às ZEE, gozavam de liberdade cambial e de isenção de impostos. As outras empresas subordinavam-se à política chinesa de comércio exterior, protecionista, visando as exportações e o desenvolvimento do mercado interno. Donde o autor conclui pela existência dupla de um movimento de concentração de mercados e outro de descentralização do planeamento.

¹⁴ A principal diferença entre a empresa coletiva e a empresa estatal está “no funcionamento (nomeação de diretores, investimentos, produção, etc.), pois a empresa coletiva não depende de uma administração central, logo a propriedade pertence a uma coletividade muitas vezes, uma administração local” IFRI – Ramses (1994, p.245).

¹⁵ No final dos anos 80, a “nova teoria do crescimento” ou “teoria do crescimento econômico endógeno”, procurou descobrir o processo pelo qual, as forças de mercado privadas, as decisões de política pública e as instituições alternativas, levam a padrões diferentes de progresso tecnológico. Romer (1994), salienta que o progresso tecnológico é um produto que está sujeito a graves falhas, no mercado, porque a tecnologia é um bem público, que tem uma produção cara mas uma reprodução barata. Pelo que, os governos procuram cada vez mais proporcionar direitos de propriedade elevados para quem desenvolve novas tecnologias.

¹⁶ Segundo Young (1994), outros países com crescimento rápido apresentaram as seguintes taxas de crescimento anual da produtividade total dos fatores: Canadá (1947-73, 1,8%); França (1950-73, 3,0%); Alemanha (1950-73, 3,7%); Itália (1952-73, 3,4%); Japão (1952-73, 4,1%); Reino Unido (1955-73, 1,9%) e EUA (1947-73, 1,4%). Krugman (1999, p.55), afirma que o estudo do Banco Mundial (1993), já abordado, num dos seus anexos, apresenta dados para a “mudança na eficiência técnica”, permitindo constatar que a maioria dos países não estava fechando o “hiato da produtividade” em relação aos países desenvolvidos. Os números do crescimento anual da eficiência eram os seguintes: Hong Kong (2,0%); Taiwan (0,8%); Tailândia (0,1%); Coreia do Sul (-0,2%); Indonésia (-1,2%); Malásia (-1,8%); Singapura (-3,5).

Tabela 2

Taxa de crescimento médio anual da produtividade total dos fatores, em %

	Hong Kong (1966-91)	Singapura (1966-90)	Coréia do Sul (1966-90)	Taiwan (1966-90)
Crescimento total	7,3	8,7	10,3	9,4
Crescimento do fator capital	3,0	5,6	4,6	3,2
Crescimento do fator trabalho	2,0	2,9	4,5	3,6
Crescimento da Produtividade total dos fatores	2,3	0,2	1,2	2,6
Crescimento do PIB per capita	5,7	6,8	6,8	6,7
D% população economicamente ativa	38-49	27-51	27-36	28,37
D% ensino secundário ou superior	27,2 @ 71,4	15,8 @ 66,3	26,5 @ 75,0	25,8 @ 67,6

Fonte: Young (1994)

Collins e Bosworth (1996), num estudo importante, apresentaram resultados semelhantes aos de Young (1994), mas observaram um ganho mais rápido na produtividade total dos fatores no período 1984-94, levantando, então, a possibilidade de que a situação talvez estivesse mudando. Sarel (1997), embora com valores não muito diferentes dos de Collins e Bosworth (1996), deu-lhes uma interpretação mais otimista, negando, portanto, as conclusões de Young (1994). Por fim, Hsieh (1998), utilizando o mesmo método convencional de Young (1994) chegou a valores ligeiramente superiores para a taxa de crescimento da produtividade total dos fatores. Contudo, não pode retirar-se o mérito aos países de Leste e Sudeste asiático, de terem conseguido apresentar elevadas taxas de poupança, e de as terem canalizado de forma eficiente para investimentos produtivos que conduziram ao crescimento das suas economias.

Ao contrário dos tigres asiáticos, Krugman (1994), refere que o crescimento do Japão foi alicerçado mediante altos índices dos insumos e também da eficiência. Quanto à China, embora mostrando algumas dúvidas em relação à qualidade das estatísticas, o autor entende que, desde 1978, o crescimento chinês, também se baseou em aumentos dos insumos e da eficiência, até porque partiu de um ponto muito baixo, devido à revolução cultural.

A crise financeira no Leste e Sudeste Asiático

Nos anos anteriores à crise financeira de 1997, os cinco países envolvidos (Tailândia, Filipinas, Malásia, Indonésia e Coréia do Sul) apresentavam condições macroeconômicas favoráveis. A inflação era baixa (inferior a 10%), as contas orçamentais estavam saudáveis e controladas, as exportações eram elevadas¹⁷, o que permitiria manter o crescimento econômico no caso dos fluxos de capitais externos diminuíssem, dadas as estrondosas taxas de poupança e investimento da região. No entanto, os fluxos de capitais internacionais compensavam os déficits em transações correntes e ainda permitiam aumentar as reservas internacionais, na região, na primeira metade da década de 1990.

Para o *mainstream* da política econômica, a crise financeira deveu-se à falta de transparência dos governos,

à existência de sistemas bancários corruptos, ao relacionamento clientelista entre o governo e as empresas que, assim, usufruíram de crédito fácil de bancos que desfrutavam de garantia governamental. Numa palavra, a causa principal, da crise financeira, encontrava-se no "capitalismo clientelista".¹⁸ No entanto, este fenômeno já existia há muito tempo.

Contudo, a principal razão da crise financeira da Ásia foi por pressão dos EUA, dados os seus déficits comerciais com a região, a ampla liberalização e desregulamentação¹⁹ financeira, que não foram acompanhadas por uma adequada supervisão²⁰, a que estiveram sujeitos alguns países do Leste e Sudeste asiático. Logo, a enorme afluência de capitais especulativos de curto prazo, embora contrabalançasse os crescentes déficits de transações correntes, levou à apreciação cambial, tornando o regime cambial insustentável, pro-

¹⁷ Segundo Eichengreen (1999-a, p.127), "Em 1994-1995, a taxa anual de crescimento das exportações da Malásia, das Filipinas, de Singapura e da Tailândia atingiram máximos acima dos 30%, um número espantoso".

¹⁸ Os investidores internacionais, sabendo da garantia governamental fornecida aos bancos, emprestavam dinheiro a companhias financeiras que, depois de trocar as divisas pelas moedas nacionais, voltavam a emprestar esse dinheiro, a taxas de juros mais altas, principalmente, para investimentos especulativos. O governo, segundo Krugman (1999), aumentava a oferta da moeda (e conseqüentemente o crédito), comprando as divisas, para manter o câmbio, aumentando, assim, as reservas internacionais. Quando o crédito, levou ao aumento da especulação e das importações, os fluxos internacionais diminuíssem, e os bancos centrais tiveram agora, de comprar moeda nacional (reduzir a oferta da moeda) com divisas, só que as reservas internacionais esgotam-se e o banco central não tem o poder de emití-las, donde a crise do balanço de pagamentos ou monetária era inevitável.

¹⁹ Por liberalização financeira entende-se um conjunto de regras que possibilitam o aumento dos fluxos de entrada e saída de capitais. Por desregulamentação financeira entende-se um conjunto de regras que liberalizam o controle governamental sobre o setor financeiro doméstico.

²⁰ Kaminsky e Reinhart (1996), salientam a importância da ocorrência de crises bancárias, após liberalizações financeiras sem uma estrutura reguladora e supervisora adequada. Em 18 das 25 crises bancárias estudadas, o setor financeiro fora liberalizado nos cinco anos anteriores.

“ Os programas de ajuda do FMI, agravaram a recessão e exacerbaram o pânico financeiro, ao contrair o crédito doméstico... ”

vocando a fuga de capitais com o inerente colapso do câmbio e do preço dos ativos domésticos.²¹

Segundo Solomon (2001, p.187), as taxas de juros de curto prazo, nos sete maiores países industrializados, baixaram de 8,7% em 1990 para 3,7% em 1996, contribuindo, assim, para o aumento de capitais internacionais de curto prazo (descomprometidos com o crescimento econômico) no Leste e Sudeste asiático, em busca de rendimentos financeiros de curto prazo mais altos.

No entanto, alguns acontecimentos, a partir de 1995, agravaram a fragilidade financeira externa da região do Leste e Sudeste asiático. As taxas de juros de longo prazo japonesas, aumentaram, em 1997, de 2,0% para 2,5%. De 1995 a 1997, o dólar apreciou-se muito em relação ao iene, acarretando uma redução drástica nas exportações dos países do Leste asiático, que não depreciaram as suas moedas, em relação ao dólar. Para além de diminuírem as exportações para o Japão²², elas também diminuíram para a Europa (dado o lento crescimento desta), e para os EUA devido ao aumento da concorrência chinesa que dispunha de uma mão de obra barata e uma moeda desvalorizada. Por outro lado, a demanda mundial por produtos eletrônicos (semicondutores, em particular) decresceu.²³ Logo, a redução das exportações, agravou os déficits de conta corrente, o que originou uma maior entrada de investimento de portfólio (especulativos), provocando uma sobrevalorização das moedas asiáticas, tornando-as, totalmente, dependentes dos capitais externos de curto prazo.

Tendo a Tailândia os maiores problemas de sobrevalorização, e de

insolvência de alguns bancos e empresas, a fuga de capitais de curto prazo levou à desvalorização do baht tailandês em julho de 1997. Para Krugman (1999), o baht devia ter desvalorizado 15%, mas desvalorizou muito mais²⁴ devido ao pânico financeiro. Dez dias depois da primeira desvalorização do baht, o peso filipino desvalorizou, seguindo-se-lhe depois as desvalorizações da rúpia Indonésia, do ringgit malaio e do Won coreano, levando em poucos meses, à saída, dos cinco países, de um total de 105 bilhões de dólares, o que representava cerca de 11% do seu PIB, evidenciando, então, o modelo de pânico financeiro²⁵ de Diamond-Dybvig (1983), em que os investidores (especuladores) internacionais acometidos de um pânico auto-validável, não levaram em consideração as características diferentes das diversas economias.

Os programas de ajuda do FMI, agravaram a recessão e exacerbaram o pânico financeiro, ao contrair o crédito doméstico; aumentar as taxas de juros; encerrar bancos em dificuldades e exigir a austeridade fiscal. Para Radelet e Sachs (2001), os bancos com problemas poderiam ter sido colocados sob alguma forma de intervenção, protegendo os depositantes, permitindo aos bons devedores o acesso ao crédito, minorando a recessão e atenuando o pânico financeiro. O FMI, argumentava que as taxas de juros mais altas levariam à apreciação (estabilidade) cambial e isso traria benefícios maiores que os

custos de produção no curto prazo. Mas as moedas não apreciaram, levando Radelet e Sachs (2001) a afirmar que isso pode ter aumentado o pânico financeiro, e que com taxas de juros muito menores, os resultados econômicos teriam sido muito superiores e as desvalorizações modestas. O FMI contrapunha, afirmando que taxas de juros baixas levariam à “hiperdesvalorização” e à “hiperinflação”... A austeridade fiscal, sem qualquer comprovação científica, agravou a recessão econômica.

Stiglitz (2003), incisivamente, constata que a liberalização dos mercados de capitais defendida pelo tesouro dos EUA e pelo FMI (ambos ao serviço de *Wall Street*), pretendia permitir ganhar mais dinheiro aos investidores internacionais e não levar a um maior progresso econômico na Ásia. Isso ficou bem patente, quando grande parte da ajuda internacional do FMI, e de outros países e instituições internacionais, funcionou como um empréstimo de emergência aos bancos internacionais que tinham feitos empréstimos às empresas e bancos asiáticos alicerçados nas garantias governamentais, confirmando a essência pró-cíclica dos fluxos de capitais internacionais, e negando o aumento da eficiência econômica dos fluxos de capitais, preconizada por economistas ortodoxos.

O economista ortodoxo Jagdish Bhagwati (1998), num importante artigo, defendeu a adoção do controle de capitais, nos países asiáticos,

²¹ Para Radelet e Sachs (2001, p.151-152), “Os bancos nacionais tornaram-se crescentemente vulneráveis por pelo menos duas razões. Em primeiro lugar, porque tomavam recursos em moeda estrangeira e emprestavam em moeda local, expondo-se ao risco de perdas em moedas estrangeiras causadas por uma eventual depreciação da taxa de câmbio. Em segundo lugar, porque na medida em que os bancos tomavam empréstimos de paraísos fiscais com vencimentos de curto prazo e transferiam esses recursos internamente para recebimento a longo prazo, estavam expostos ao risco de uma corrida bancária.” Para além disso, era evidente a possibilidade de uma “crise de risco moral.” Seguindo o modelo de Akerloff e Romer (1994), era notória a existência de riscos excessivos dos bancos, que ganharam acesso aos depósitos domésticos e estrangeiros, em virtude da garantia do estado sobre esses depósitos.

²² No âmbito da dinâmica regional asiática, os investimentos diretos estrangeiros japoneses, bem como as suas exportações de bens de capital para o Leste e Sudeste asiático baixaram, acarretando uma perda do dinamismo regional, referido, na abordagem histórico-política.

²³ Conforme Radelet e Sachs (2001, p.147), o crescimento das exportações medidas em dólares correntes, para os cinco países afetados pela crise, caiu de uma média de 24,8% em 1995 para 7,2% em 1996 e mais ainda no início de 1997.

²⁴ Baht caiu 20% frente ao dólar em julho, e mais 25% em dezembro de 1997.

²⁵ Logo para Radelet e Sachs (2001), a crise não foi antecipada, senão os investidores internacionais teriam aumentado o prêmio de risco dos seus empréstimos e diminuído o prazo para o seu pagamento, o que não aconteceu

dado o aumento dos capitais especulativos, chegando ao ponto de citar trechos do capítulo doze da teoria geral de Keynes (1936). Bhagwati (1998), acusou o FMI, de ter como missão principal, exigir e sustentar a abertura da conta de capitais dos países em desenvolvimento e de atuar como banqueiro de última instância do “complexo Wall Street – Tesouro.”²⁶ Krugman (1998), em setembro de 1998, instigou Mahathir, primeiro-ministro malaio, a impor controles de capitais, o que veio há acontecer pouco tempo depois. Por um ano, a Malásia impôs restrições à saída de capitais, e baixou as taxas de juros, permitido ao país reestruturar os bancos e recuperar-se mais rapidamente.

Conclui-se que em países em desenvolvimento, com mobilidade de capitais e fortemente dependentes de capitais externos, uma crise do sistema bancário nacional (devido a uma fuga de capitais externos) e, portanto, financeira, acarreta normalmente uma crise monetária e, portanto, do balanço de pagamentos, dado, normalmente, os países optarem pela estabilização do sistema bancário em detrimento da estabilização da taxa de câmbio, no manejo das reservas internacionais.²⁷

Taiwan impôs controle de capitais, tal como a China, cuja moeda, o yuan não é conversível, impedindo, assim, a especulação contra ela, levando estes “dois países”, a não serem gravemente afetados pela crise. A moeda chinesa estava, inclusive, desvalorizada, e o país recebia muitos investimentos externos diretos e poucos investimentos de portfólio, apesar da precária situação, do sistema bancário da China.

Da crise financeira até os dias de hoje

Desde meados da década de 1990, no âmbito da abordagem histórico-política, ganharam importância as atividades da diáspora capitalista chinesa, revelando que a expansão transfronteiriça do sistema japonês de subcontratação, foi sustentada, não apenas por apoio político norte-americano “vindo de cima”, mas também por apoio comer-

Tabela 3
PIB (taxa de crescimento médio anual em %)

	1970-80	1980-90	1990-95	1990-00	1990-03	1998-04	2000-04
Japão	5,0%	4,0%	1,0%	1,3%	1,3%	0,5%	1,3%
Coréia do Sul	9,5%	9,4%	7,2%	5,7%	5,5%	4,6%	5,4%
Singapura	8,5%	6,4%	8,7%	7,8%	6,3%	3,8%	4,6%
Hong Kong	9,3%	6,9%	5,6%	4,0%	3,7%	3,1%	4,8%
Taiwan	9,7%	7,1%	5,9%	5,8%	4,9%	3,8%	3,3%
Filipinas	6,3%	1,0%	2,3%	3,2%	3,5%	3,6%	4,5%
Tailândia	7,2%	7,6%	8,4%	4,2%	3,7%	2,7%	5,0%
Indonésia	7,6%	6,1%	7,6%	4,2%	3,5%	1,3%	4,4%
Malásia	7,8%	5,2%	8,7%	7,0%	5,9%	3,4%	5,1%
China	5,8%	10,2%	12,8%	10,3%	9,5%	8,2%	8,5%

Fontes: World Bank (1992) (2002) (2005); He (2003), p.36; Economia Pura (2005)

cial e financeiro chinês “vindo de baixo” (Hui, 1995). Dos dividendos, a diáspora chinesa (principalmente de Hong Kong e Taiwan), através de negociações financeiras e especulação, impulsionou o papel de Hong Kong, como entreposto financeiro mundial e regional. Deng Xiao Ping, visando a melhoria da economia continental chinesa e a busca da unificação nacional de acordo com o modelo “Uma nação, dois sistemas”, criou condições favoráveis à entrada na China do capital excedente da diáspora chinesa. Onde a China parece emergir como o principal agente da expansão asiática, descrita pelo modelo de Ozawa (1993).

O crescente comércio intra-regional asiático poderá levar à formação consistente de uma associação comercial, mais desenvolvida que a “Asean + 3”²⁸, contudo, a experiên-

cia histórica, bem latente nos recentes conflitos diplomáticos entre a China e o Japão assim como a oposição do principal parceiro comercial, os EUA, podem obstar tal objetivo.

De acordo com os dados das tabelas 3 e 4, após a crise, os países, em análise, voltaram a crescer. Embora, de 1998 a 2004, o crescimento médio anual de todos os países (com exceção das Filipinas), tenha sido inferior ao da década de 1990, de 2000 a 2004²⁹ em alguns países (Japão, Hong Kong, Filipinas, Tailândia e Indonésia), ele foi superior ao da década de 1990. Prevendo-se que, em 2005 e 2006, o crescimento seja ainda superior. Onde se infere, que os países ainda não chegaram de forma definitiva a uma situação de rendimentos decrescentes de escala, ou, então, começaram a aumentar os seus níveis de produtividade total dos fatores.

²⁶ Anos depois, Bhagwati (2004, p.231), refere que Wade (1998), ao chamar-lhe “Complexo Wall Street-Tesouro – FMI” restringe em vez de ampliar, o significado, pois para Bhagwati, “tesouro” representa Washington. Para Bhagwati (2004, p.231), Eichengreen (1999-a) ao reformular a expressão para “Complexo Wall Street”, “está a deixar de fora metade dos culpados!”

²⁷ Kaminsky e Reinhart (1996), na amostragem dos países que investigaram, descobriram que 24% das crises bancárias foram seguidas por crises do balanço de pagamentos no prazo de um ano, e 56%, no período de três anos. Frankel e Rose (1996), examinaram mais de uma centena de casos de grandes desvalorizações em países em desenvolvimento ao longo de duas décadas, e descobriram que as quedas monetárias tendem a ocorrer quando: cessam os ingressos de investimento direto; as reservas são baixas; o crescimento de crédito interno é alto; as taxas de juros em países industrializados sobem e a taxa de câmbio real foi supervalorizada. Eles notaram que os déficits em conta corrente e os déficits orçamentais não são influentes numa quebra típica. Tudo isto pode aplicar-se à crise asiática de 1997-98.

²⁸ “Asean + 3”, são encontros entre os países da Asean, o Japão, a China e a Coréia do Sul, que ocorrem, para debater a situação comercial dos seus membros.

²⁹ No final de dezembro de 2004, ocorreu uma tragédia humana, o *Tsunami*, em alguns países, analisados neste estudo. Mas em termos da produção, a sua influência será diminuta. Na Tailândia, as seis províncias mais atingidas geravam cerca de 2 bilhões de dólares anualmente, cerca de 12% do PIB. Na Indonésia, as províncias de Aceh e Sumatra, representam 4,5 bilhões de dólares, pelo que o Banco Asiático para o Desenvolvimento, estima que o aumento do PIB poderá cair 0,2%.

Tabela 4
PIB (taxa de crescimento médio anual em %)

	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005(p)	2006(p)
Japão	1,4%	-2,6%	-0,2%	2,3%	0,2%	-0,2%	1,4%	2,6%	0,8%	1,9%
Coréia do Sul	5,0%	-5,8%	10,7%	9,3%	3,0%	7,0%	3,1%	4,6%	4,0%	5,2%
Singapura	8,4%	0,4%	5,9%	10,3%	-2,0%	2,2%	1,4%	8,4%	4,0%	4,5%
Hong Kong	5,3%	-5,1%	3,1%	10,4%	0,2%	1,9%	3,2%	8,1%	4,0%	4,0%
Taiwan	6,8%	4,8%	5,4%	5,9%	-1,9%	3,6%	3,3%	5,7%	4,0%	4,3%
Filipinas	5,2%	-0,5%	3,3%	4,4%	3,2%	4,3%	4,7%	6,1%	4,7%	4,5%
Tailândia	-1,8%	-10,2%	4,2%	4,6%	1,8%	5,4%	6,9%	6,1%	5,6%	6,2%
Indonésia	4,7%	-13,2%	0,8%	4,8%	3,3%	3,7%	4,9%	5,1%	5,5%	6,0%
Malásia	7,7%	-7,4%	5,8%	8,3%	0,5%	4,1%	5,3%	7,1%	6,0%	6,2%
China	7,8%	7,8%	7,1%	8,0%	7,3%	8,3%	9,3%	9,5%	8,5%	8,0%

(p) – previsão

Fontes: World Bank (1992) (2002) (2005); He (2003), p.36, Economia Pura (2005)

Tabela 5
Reservas internacionais em março de 2005, em bilhões de dólares

Coréia do Sul	Singapura	Hong Kong	Taiwan	Filipinas	Tailândia	Indonésia	Malásia	China
205,4	112,9	122,4	251,1	13,8	48,5	35,2	71,0	659,1

Fonte: Economia pura (2005)

A maior parte dos países reestruturou o seu sistema financeiro. Novos controles foram estabelecidos, para evitar alavancagens e endividamentos de curto prazo por parte dos bancos e empresas. As exportações, desde 1998, voltaram a crescer, assim como as importações, levando os países a apresentar sucessivamente, superávits no balanço de transações correntes, o que, associado ao regresso de capitais internacionais, tem levado à acumulação de reservas internacionais, conforme a tabela 5. Em 2003 e 2004, as moedas asiáticas, com exceção do iene, variaram muito pouco em relação ao dólar. Nos últimos anos, a economia japonesa tem denotado melhoras. A recuperação deveu-se, inicialmente, às exportações e ao investimento e depois ao consumo privado. Contudo, o aumento do preço do petróleo, pode levar à menor procura dos produtos japoneses por parte dos países asiáticos, que representam cerca de metade das exportações japonesas.

Apesar de tudo, as exportações do Leste e Sudeste asiático, embora com crescente composição industrial

e densidade tecnológica, denotam carências sérias em matéria de pesquisa e desenvolvimento, conforme a tabela 6.

Tabela 6
Cientistas e engenheiros em I & D (por milhão de pessoas)

	1990-2000	1996-2000
Japão	4960	5095
Coréia do Sul	2139	2319
Singapura	2182	4140
Hong Kong	93	93
Taiwan	-	-
Filipinas	156	156
Tailândia	102	74
Indonésia	-	130
Malásia	154	160
China	459	545

Fonte: PNUD (2004)

Por outro lado, as exportações asiáticas concentram-se em poucos produtos e em um número restrito de mercados, basicamente EUA e Ja-

pão, e em seguida a própria demanda regional.

A economia chinesa mostra, ainda, uma forte pujança, baseada numa demanda agregada interna consistente. Desde 1979, as exportações e importações têm crescido a uma taxa anual média de 15%, dinamizando a economia. O déficit comercial com os países asiáticos é compensado pelo superávit comercial com os países industrializados do ocidente. Não pode esquecer-se a crescente desigualdade regional que assola a China. Os dois bancos estatais foram objeto de normas de supervisão prudencial – mais rígidas o que levou à prática de melhores concessões de crédito. Contudo, o sistema bancário chinês, ainda, apresenta deficiências e enormes débitos irrecuperáveis, bem como um banco central com uma supervisão e fiscalização fraca. No entanto, dado que a indústria e a banca são majoritariamente, posse do Estado, não há o risco de uma contração do crédito, como a que ocorreu, em 1997-98, na Ásia. Por fim, e não menos importante, ao manter controle de capi-

Tabela 7

PIB (em milhões de dólares) a p.m, e PNB (em dólares), a p.m e ppc, em 2003

	Japão	Coréia do Sul	Singapura	Hong Kong	Taiwan	Filipinas	Tailândia	Indonésia	Malásia	China
PIB,p.m	4326,4	605,3	91,3	158,5	286,0	80,5	143,1	208,3	103,1	1409,8
PNB per capita a p.m	34510	12020	21230	25430	13139	1080	2190	810	3780	1100
PNB per capita a ppc	28620	17930	24180	28810	-	4640	7450	3210	8940	4990

Fonte: World Bank (2005)

Tabela 8

População, em %, que vive com menos de um dólar por dia, em 2001

Japão	Coréia do Sul	Singapura	Hong Kong	Taiwan	Filipinas	Tailândia	Indonésia	Malásia	China
-	< 2,0	-	-	-	14,6	< 2,0	7,2	< 2,0	16,1

Fonte: PNUD (2002)

tais³⁰, a China mantinha através de um regime cambial fixo atrelado ao dólar³¹, uma taxa de câmbio favorável às exportações e podia determinar as taxas de juros internas independentemente do sistema monetário internacional. Onde, de acordo com o triângulo da incompatibilidade de Mundell (1960), a China tinha taxa de câmbio fixo (em relação ao dólar) e uma política monetária independente e imobilidade de capitais, pelo que estava protegida das influências do sistema monetário internacional. Portanto, em 21 de julho de 2005, com a flexibilização "parcial"³² do yuan chinês em relação ao dólar, é de prever algumas influências do sistema monetário internacional na China. Os superávits da balança de transações correntes, podem levar à apreciação da moeda chinesa e à redução da inflação, mas a apreciação do yuan, também, pode prejudicar a competitividade da economia chinesa.

Por fim, e observando as tabelas 7 e 8, os países do Leste e Sudeste asiático, sobretudo os países da Asean – 4 e a China, ainda têm um longo caminho, a percorrer em termos de desenvolvimento e melhoramento do nível de vida das suas populações.

Conclusão

Observou-se, neste trabalho, a importância da abordagem histórico-política, que integra a região leste-asiática numa única unidade de análise no desenvolvimento econômico asiático, através da expansão transfronteiriça do sistema de subcontratação japonês como "modo de produção" para o Leste asiático que, dada a sua oferta de mão de obra barata, permitiu ao Japão, e aos restantes países envolvidos, crescer mais do que em qualquer outra parte.

Para além de elevadas taxas de poupança e investimento, rápido crescimento das exportações, estabilidade macroeconômica, forte investimento em capital humano e melhor distribuição de renda, o notável desempenho econômico no Leste e Su-

deste asiático, deveu-se à intervenção e ao protecionismo do estado.

A principal razão da crise financeira da Ásia foi, por pressão dos EUA, dados os seus déficits comerciais com a região, e pela ampla liberalização e desregulação financeiras, que não foram acompanhadas de uma adequada supervisão a que estiveram sujeitos alguns países do Leste e Sudeste asiático.

Dadas as regras vigentes na Organização Mundial do Comércio, outros países em desenvolvimento não poderão utilizar muitos dos instrumentos protecionistas e intervencionistas de políticas industriais e comerciais utilizados pelas nações do Leste e Sudeste asiático.

Até hoje, os projetos nacionais neomercantilistas sempre tiveram,

³⁰ O próprio FMI deixou de lado seu entusiasmo pré-crise quanto à livre mobilidade do capital, conforme se subentende de um trabalho do FMI, de 2003, de Prasad, Rogoff, Wei e Rose (2003).

³¹ Em 21 de julho de 2005, a China resolveu desatrelar a sua moeda em relação ao dólar. Essa paridade estava em 8,3 yuanes por dólar americano. prevê-se uma apreciação da moeda chinesa, embora isso possa ter efeitos positivos no combate à inflação. Inicialmente, a China apreciou o yuan em 2% para 8,11 yuanes por dólar americano. A partir daqui, então, existirá uma flutuação administrada do yuan no

³² As autoridades chinesas, decidiram que, diariamente, a moeda chinesa não pode variar mais de 0,3% em relação ao dólar americano e 1,5% em relação a qualquer outra moeda. Por outro lado, a moeda chinesa vai passar a estar atrelada a uma cesta de três moedas a saber: o Euro; o iene e o dólar de Hong Kong. Pelo que, e à luz do triângulo da incompatibilidade, a China ainda deverá continuar a estar protegida de "muitas" das influências do sistema monetário internacional. Em 23 de setembro de 2005, o Banco Central da China decidiu que, no futuro, a moeda chinesa, diariamente, passará a poder variar até 3,0% em relação à cesta de três moedas (Euro, iene e o dólar de Hong Kong).

como uma das condições do seu sucesso, uma ordem hegemônica complacente que já não existe mais. A China, na terminologia de Wallerstein (1979), foi o último convidado.

Referências

- AKAMATSU, K. (1962): "A Historical Pattern of Economic Growth in Developing Countries". The Developing Economies, vol. 1, nº 1, março-agosto.
- AKERLOF, G.; ROMER, P. (1994): "Looting: The Economic Underworld of Bankruptcy for Profit", NBER, Working Paper nº 1869.
- ARRIGHI, G. (1996): O longo século XX, Contraponto, Rio de Janeiro (The Long Twentieth Century, Verso, London, 1994).
- ARRIGHI, G; IKEDA, S.; IRWAN, A (1993): "The Rise of East Asia: One Miracle or Many?", in: R.A. Palat (org.). Pacif-Asia and the Future of the World-System, Greenwood Press, Westport, pp.41-65.
- BAGCHI, A.K. (1987): "East Asian Capitalism: An Introduction", Political Economy, vol. 3, nº 2.
- BEINSTEIN, J. (2001): Capitalismo Senil – A grande crise da economia global, Record, Rio de Janeiro (El capitalismo senil: la larga crisis de la economía global, Buenos Aires, 2001)
- BHAGWATI, J. (1998): "The Capital Myth: The Difference Between Trade in Widgets and Dollars", Foreign Affairs, nº 77, nº 3, maio-junho.
- BHAGWATI, J. (2004): Em Defesa da Globalização, Campus, Rio de Janeiro (In Defense of Globalization, Oxford University Press, Oxford, 2004).
- BORDEN, W. (1984): The Pacif Alliance: United States Foreign Economic Policy and Japanese Trade Recovery 1947-1955, University of Winsconsin Press, Madison.
- COLLINS, S.; BOSWORTH, B. (1996): "Economic Growth in East Asia: Accumulation versus Assimilation", Brookings Paper on Economic Activity, nº 2, pp.135-203.
- CUMINGS, B. (1987): "The Origins and Development of the Northeast Asian Political Economy: Industrial Sectors, Product Cycles and Political Consequences" in: E.C. Deyo (org.). The Political Economy of New Asian Industrialism, Cornell University Press, Ithaca, pp.44-83.
- CUMINGS, B. (1993): "The Political Economy of the Pacif Rim", in: R.A. Palat (org.), Pacif-Asia and the Future of the World-System, Greenwood Press, Westport, pp.21-37.
- DIAMOND, D.; DYBVIK, P. (1983): "Bank Runs, Liquidity and Deposit Insurance", Journal of Political Economy, nº 91, pp.401-419.
- ECONOMIA PURA (2005): Ano VII, nº 71, maio-junho.
- EICHENGREEN, B. (1999-a): A globalização do capital – Uma história do Sistema Monetário Internacional, Bizâncio, Lisboa (Globalizing Capital, A History of the International Monetary System, Princeton University Press, 1996).
- EICHENGREEN, B. (1966-b): "Capital Mobility: Ties Need Not Bind", Milken Institute Review, 1º trimestre, pp.29-37.
- FIORI, J.L. (2001): "Lições que vêm da Ásia", in: J.L. Fiori, Brasil no Espaço, Editora Vozes, Petrópolis, pp.81-115.
- FRANKEL, J.; ROSE, A. (1996): "Currency Crashes in Emerging Markets: An Empirical Treatment", International Finance Discussion Paper nº 534, Washington.
- GERSHENKRON, A. (1966): Economic Backwardness in historical perspective, Belknap, Cambridge.
- HAGGARD, S. (1990): Pathways from the Periphery: The Politics of Growth in Newly Industrializing Countries. Cornell University Press, Ithaca.
- HE, F. (2003): "A reforma econômica da China: estratégias, sucessos e desafios", in: Experiências asiáticas: Modelo para o Brasil? Fundação Konrad Adenauer, Cadernos Adenauer IV, nº 4, Rio de Janeiro, pp.33-61.
- HIRST, P.; THOMPSON, G. (1998): Globalização em questão, Editora Vozes, Petrópolis (Globalization in Question: the International Economy and the Possibilities of Governance, Polity Press, Cambridge, 1996).
- HSIEH, C.T. (1998): "What Explains the Industrial Revolution in East Asia? Evidence from factor Markets", Documento de Trabalho, University of California at Berkeley.
- HUI, P.K. (1995): "Overseas Chinese Business Networks: East Asian Economic Development in Historical Perspective", Tese de doutorado na Universidade Estadual de Nova York, em Binghamton.
- IFRI-RAMSES (1994): Synthèse annuelle de l'activité mondiale, Dunod, Paris.
- KAMINSKY, G.; REINHART, C. (1996): «The Twin Crises: The Causes of Banking and Balance-of-Payments Problems», International Finance Discussion Paper nº 544, Washington.
- KEYNES, J.M. (1936): The General Theory of employment, interest and money, MacMillan, London (The Collected Writings of John Maynard Keynes, VII, 1973).
- KRUGMAN, P. (1994): "The Myth of Asia's Miracle", Foreign Affairs, nº 73, Novembro-Dezembro, pp.62-78.
- KRUGMAN, P. (1998): Fortune, 7 de setembro.
- KRUGMAN, P. (1999): Uma Nova Recessão? O que deu errado – Como entender a crise da economia mundial, Campus, Rio de Janeiro (The Return of Depression Economics, W.W. Norton. New York, 1999).
- LAU, L.; KIM, J.I. (1993): "The Role of Human Capital in the Economic Growth of the East Asian Newly Industrialized Countries", mimeo, University Stanford.
- LAU, L.; KIM, J.I. (1994): "The Sources of the Growth of the East Asian Newly Industrialized Countries", Journal of Japanese and International Economies.
- MAKINO, M. (1997): "Inter-regional Disparities in China: Welfare vs Productivity", Osaka city University Economic Review, vol. 32, nº 1-2.
- MEDEIROS, C.A. (1997): "Globalização e a inserção internacional diferenciada da Ásia e da América Latina", in: M.C. Tavares e J.L. Fiori (org.). Poder e Dinheiro. Uma economia política da globalização, Editora Vozes, Petrópolis, pp.279-346.
- MEDEIROS, C.A. (1999): "China: entre os séculos XX e XXI", in: J.L. Fiori (org.) Estados e moedas no desenvolvimento das nações, Editora Vozes, Petrópolis, pp.379-411.
- MELLIN, L.E. (1997): "O Enquadramento do iene: a trajetória do câmbio japonês desde 1971", in: M.C. Tavares e J.L. Fiori (org.). Poder e Dinheiro – Uma economia política da globalização, Editora Vozes, Petrópolis, pp.347-382.
- MOORE, J.M.B. (1967): The Social Origins of Dictatorship and Democracy, Allen Lane, London.
- MUNDELL, R. (1960): "The Monetary Dynamics of International Adjustment under fixed and Flexible Exchange rates", Quarterly journal of Economics, vol.74, pp.227-257.

- NAUGHTON, B. (1995): *Growing out of the Plan: Chinese reform, 1978-1993*. Cambridge University Press, Cambridge.
- OZAWA, T. (1993): "Foreign Direct Investment and Structural Transformation: Japan as a Recycler of Market and Industry", *Business in the Contemporary World*, n° 5, pp.129-150.
- PNUD (2002): *Programa das nações unidas para o desenvolvimento – Relatório do desenvolvimento humano*. Mensagem. Quêuz.
- PNUD (2004): *Programa das nações unidas para o desenvolvimento. Relatório de desenvolvimento humano*. Mensagem. Quêuz.
- PRASAD, E.; ROGOFF, K.; WEI, S-J.; ROSE, M.A. (2003): "Effects on Financial Globalization on Developing Countries: Some Empirical Evidence", FMI, Washington.
- RADELET, S.; SACHS, J. (2001): "O despontar da crise financeira do Leste Asiático", in P.Krugman (org.). *Crises Monetárias*. Makron Books. São Paulo, pp.121-179. (Currencies Crises, NBER, The University of Chicago Press, Chicago, 2000).
- RODRIK, D. (1994): "King Kong Meets Godzilla: The World Bank and the East Asian Miracle", in: *Miracle or Design: Lessons from the East Asian Experience*, Washington, Conselho de Desenvolvimento do Além-mar.
- ROMER, P. (1994): "The Origins of Endogenous Growth", *Jornal of Economic Perspectives*, n° 8, Inverno, pp.3-22.
- ROWTHORN, R. (1996): "East Asian Development: The Flyng Geese Paradigm Reconsidered", *Unctad, Study n° 8*.
- SAREL, M. (1997): "Growth and Productivity in Asean Countries", in: J. Hicklin, D. Robison e A. Singh (org.). *Macroeconomic Issues Facing Asean Countries*, Washington, FMI, pp.366-395.
- SINGH, A. (1994): "Growing Independently of the World Economy: Asian Economic Development Since 1980". *Unctad Review*.
- SINGH, A. (1997): "Acertando o passo com o Ocidente: uma perspectiva sobre o desenvolvimento econômico asiático." *Economia e Sociedade*, n° 8, pp.1-49.
- SOLOMON, R. (2001): *Dinheiro em movimento*, Record, Rio de Janeiro (Money on the Move, Princeton University Press, Princeton, 1999).
- SOLOW, R. (1975): "Technical Change and the Aggregate Production Function", *Review of Economics and Statistics*, n° 39, pp.312-320.
- STIGLITZ, J. (2003): *A globalização e seus malefícios*. Futura, São Paulo (Globalization and Its Discontentes. W.W. Norton, New York, 2002).
- WADE, R. (1998): "The Asian Crisis: The High Debt Model versus the Wall Street-Treasury-MFI Complex", *New Left Review*, março-abril, pp.3-23.
- WALLERSTEIN, I. (1974): *The Modern World-System*, Academic Press, New York.
- WALLERSTEIN, I. (1979): *The Capitalism World-Economy*, Cambridge University Press, Cambridge.
- WORLD BANK (1992): *World Development Report*, Washington.
- WORLD BANK (1993): "The East Asias Miracle", Oxford University Press, New York.
- WORLD BANK (2002): *World Development Report*, Washington.
- WORLD BANK (2005): *World Development Report*, Washington.
- WORONOFF, J. (1984): *Japan's Commercial Empire*. Sharp, Armonk-New York.
- YOUNG, A. (1992): "A tale of the Cities: Factor Accumulation and Technical Change in Hong Kong and Singapore", *NBER Macroeconomics Annual*, MIT Press, Cambridge, pp.13-54.
- YOUNG, A. (1994): "Tyranny of Numbers: Confronting the Statistical Realities of the East Asian Growth Experience" *NBER Working Paper n° 4860*, março.



Departamento de Ciências Sociais Aplicadas PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL E URBANO

Publicações

Revista de Desenvolvimento Econômico – RDE (indexada) e classificada como Nacional A pela Qualis da Capes – Planejamento Urbano, Regional e Demografia e Arquitetura e Urbanismo,

Cadernos de Análise Regional – classificada como Local A pela Qualis da Capes – Planejamento Urbano, Regional e Demografia e Arquitetura e Urbanismo,

Revista Analisar (eletrônica)